



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

focus  
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 12 de maio de 2026 Nº 236

Criada em 1996, a Fundação Perseu Abramo chega aos 30 anos como espaço de memória, pesquisa, formação política e elaboração programática para o PT

## » PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às  
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE :**  /FundacaoPerseuAbramo



# focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

**Diretor de Comunicação:** Alberto Cantalice

**Coordenador de Comunicação:** Pedro Camarão

**Coordenador editorial:** Guto Alves

**Diagramação e Arte:** Nathalie Nascimento

**Colaboradores:** Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO  
**Perseu Abramo**  
Partido dos Trabalhadores

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

**Presidente Interino:** Brenno César Gomes de Almeida

**Diretoras:** Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

**Diretores:** Alberto Cantalice, Alexandre  
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Árabe,  
Jorge Bittar e Valter Pomar

### **CONSELHO CURADOR**

**Presidenta:** Eleonora Menicucci

**Conselheiros:** Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana  
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton  
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura  
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de  
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de  
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando  
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,  
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís  
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges  
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges  
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,  
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,  
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,  
Vladimir de Paula Brito.

### **SETORIAIS**

**Coordenadores:** Elisângela Araújo (Agrário),  
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia  
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves  
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França  
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas  
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane  
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo  
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína  
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),  
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio  
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça  
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida  
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

### **CONTATOS**

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



## **CAPA**

Como marco dos 30 anos, conferência lembra legado e discute rumos da Fundação Perseu Abramo

**pág. 04**

Fundação Perseu Abramo chega aos 30 anos como espaço de memória, formação e pensamento crítico

**pág. 08**

Memória, juventude e luta antirracista marcam debate sobre o futuro do PT

**pág. 11**

Roda de conversa na FPA pautou horizontes da esquerda e os desafios globais

**pág. 13**

## **200 ANOS DA CÂMARA FEDERAL**

Nos 200 anos da Câmara, história do PT se mistura à luta por representação popular

**pág. 15**

### **ARTIGO**

200 anos da Câmara: representação, soberania e compromisso com o Brasil

**pág. 18**

### **ARTIGO**

De autor da Constituição Cidadã a “inimigo do povo”: alguns percursos do Congresso Nacional em 200 anos

**pág. 19**

## **BRASIL**

Novo relatório confirma que JK foi assassinado pela ditadura

**pág. 21**

## **POLÍTICA**

Suspensão da Ypê por problemas sanitários é usada como pauta política por bolsonaristas

**pág. 23**

## **INTERNACIONAL**

Novo encontro de Lula e Trump reafirma postura brasileira na defesa do diálogo e da soberania nacional

**pág. 26**



# Como marco dos 30 anos, conferência lembra legado e discute rumos da Fundação Perseu Abramo

O evento teve exposições de Marilena Chauí e Fernando Haddad, que falaram do legado da entidade, além de homenagens aos ex-presidentes

Claudia Rocha

**E**m celebração aos 30 anos de criação da Fundação Perseu Abramo, foi realizada uma conferência comemorativa que reuniu dois importantes intelectuais brasileiros, Marilena Chauí e Fernando Haddad, os ex-presidentes da entidade, lideranças e convidados do universo político, além dos

funcionários da casa.

O presidente interino da Fundação Perseu Abramo, Brenno Almeida, recebeu o público e destacou a satisfação e importância do momento. Na abertura do evento, foi exibido um vídeo com um compilado de depoimentos dos ex-presidentes, que será transformado em uma websérie, lançada em breve.

A primeira mesa foi composta pela presidenta do Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo,

Eleonora Menicucci, e pelo presidente do Partido dos Trabalhadores, Edinho Silva.

Em referência aos trabalhos realizados pelo conselho, Menicucci disse que “é um espaço importante da fundação porque organiza as discussões, propõe para a diretoria, aconselha e faz a fiscalização e, portanto, contribui para o fortalecimento da instituição como um todo”.

“Não existe um partido forte sem uma fundação forte. A fun-



dação existe para além da relação dela com o PT, ela está conectada à sociedade”, afirmou a presidenta do conselho.

Edinho Silva comentou o momento atual, em que a militância está em um processo de debate permanente sobre os rumos do partido, após a recente realização da primeira etapa do Congresso no mês passado. “O nosso partido continua como o maior instrumento de luta da classe trabalhadora, então temos que ter coragem de enfrentar nossas contradições”, diz Silva.

O presidente do PT falou sobre os feitos do governo Lula 3 e apontou a necessidade de unidade para o enfrentamento dos desafios internos e do complexo contexto do atual cenário eleitoral. Além disso, listou temas que demandam novas elaborações petistas,

como a relação das novas tecnologias com o mundo do trabalho e a questão das mudanças climáticas.

### **Fernando Haddad e Marilena Chauí**

O pré-candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad contou sobre sua passagem pelo conselho da editora da fundação no período após ser ministro da Educação, em 2012. Haddad lembrou com carinho das conversas que tinha com o professor Antônio Cândido, então presidente do Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo.

Para Haddad, estamos em um momento histórico importante de reflexão política e a FPA pode ser o lugar de “quebrar os muros do preconceito e atrair mais pessoas”. O ex-ministro abordou que desde o marco da última crise do

capitalismo, em 2008, a extrema direita aproveita muito mais o espaço de diálogo político com a população do que a esquerda.

Na opinião de Fernando Haddad, a fundação pode ser um canal de diálogo e fomento de um pensamento mais amplo, que traga outras visões, que sejam mais plurais do que a discussão existente no PT; ele trouxe como proposta a criação de bolsas de pesquisa para pesquisadores de diferentes frentes temáticas.

“A fundação pode e deve ter um papel grandioso. Um espaço onde as coisas fluem em um tempo e em uma configuração diferentes, mais atrativas, fora da lógica da universidade e sem o caráter burocratizado da estrutura de um partido”, disse.

A professora Marilena Chauí contou sobre a efervescência intelectual das primeiras reuniões de construção do partido com a participação de Perseu Abramo, Sérgio Buarque de Holanda e Antônio Cândido junto a operários que desempenharam o fortalecimento do movimento sindical na década de 80.

Na visão da filósofa, a fundação mantém o espírito político de Abramo vivo. “Ele tinha muita clareza do que era possível ser feito, realizou uma tarefa político cultural de uma forma como poucas pessoas na esquerda”, comenta.

Chauí defendeu que os movimentos sociais são o principal motor de garantia da democracia e o propulsor da luta por direitos, sendo a chave da transformação da sociedade. E fez um apelo para que a relação seja cada vez mais próxima para que os movimentos também se alimentem das elaborações da fundação e do partido.

“São eles que têm as ideias, são eles que abrem os horizontes, um campo novo de pensamento e ação na direção socialista-democrática. Os movimentos são o coração da democracia”, argumen-



tou a professora.

Marilena Chauí aponta que o PT sempre foi uma caixa de ressonância de multiplicidade de ideais e que a fundação pode auxiliar na tarefa do intercâmbio de construções políticas.

## Homenagem aos ex-presidentes

Os ex-presidentes da FPA marcaram presença e foram homenageados pela instituição por suas contribuições à frente do projeto. O primeiro presidente, Luiz Dulci, destacou a criação do NOPPE, o Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos, o diálogo com mais de 300 intelectuais que compunham uma rede de troca de pensamento, além da criação da revista Teoria e Debate.

Dulci lembrou que Perseu Abramo praticava os valores socialistas no cotidiano e que a fun-

dação foi muito importante para estruturar a massa crítica e ampliar o repertório do partido.

Hamilton Pereira da Silva, poeta e político, também presidiu a instituição. Conhecido também pelo pseudônimo Pedro Terra, ele destacou o caráter de memória e invenção da entidade e afirmou que a fundação tem vocação para a disputa cultural.

Com relação ao espectro ideológico da FPA, o poeta disse que “a fundação precisa sempre dar um passo à esquerda do partido e das práticas do governo, isso que dá sentido a ela”.

O ex-ministro dos Direitos Humanos Nilmário Miranda e ex-presidente da Fundação Perseu Abramo trouxe a reflexão de que, além da dimensão cultural, a elaboração de ideias para a construção das políticas públicas é um papel muito importante desem-

penhado pela fundação.

Paulo Okamoto, que deixou a presidência em 2025, apontou a necessidade de repensar o modelo da instituição e destacou a formação da militância como central. “Nossa base é feita do povão, a fundação precisa conhecer a realidade dos petistas”, pontuou.

O ex-presidente da FPA Márcio Pochmann, que preside atualmente o IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, comentou que o aniversário é um momento de olhar para a trajetória, de realização de um balanço.

Pochmann trouxe dados da realidade demográfica brasileira e destacou o momento de inflexão demográfica, com o encolhimento da taxa de crescimento e o envelhecimento da população. Nesse sentido, o presidente do IBGE apontou que “nunca o futuro do Brasil esteve tão dependente do



futuro dos filhos das famílias mais pobres como agora”, em relação à importância da elaboração de políticas públicas eficazes e o olhar central para a juventude.

Sobre o tema das políticas públicas, o ex-presidente Aloizio Mercadante citou a criação dos NAPPs, Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas, da Fundação Perseu Abramo.

Com uma fala bastante propositiva apontando caminhos para o enfrentamento dos desafios do próximo período, Mercadante disse: “o meu conselho para o próximo presidente da fundação é que ele queira ser presidente na vitória porque ser presidente na derrota não foi fácil”.

Atualmente presidente do BNDES, o Banco Nacional do Desenvolvimento, Mercadante compartilhou suas memórias do período em que esteve no comando da fundação após o golpe que levou Michel Temer à presidência. Tivemos que juntar os cacos e atuar na resistência”, lembra.

Mercadante afirma que a sociedade precisa saber o tamanho do risco de trazer de volta o bolsonarismo. “Precisamos aprofundar o nosso diagnóstico, temos relatórios de grupos de trabalho que têm esses dados, é necessário retomar essa elaboração”, defendeu.

“A fundação tem um papel histórico de discutir o mundo, para que o PT possa se renovar e a população saiba tudo aquilo que já foi feito”, afirmou. Para o presidente do BNDES, o futuro dessa eleição e da defesa do legado do presidente Lula demandam elaboração, mas, sobretudo, ação.

Ao fim da atividade, foi exibido um vídeo com uma saudação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está disponível nas redes sociais da fundação, onde Lula parabeniza a FPA pelo aniversário e ressalta o papel importante da formação da militância. ■



# Fundação Perseu Abramo chega aos 30 anos como espaço de memória, formação e pensamento crítico

Criada pelo PT em 1996, a fundação partidária consolidou atuação em pesquisa, formação política, publicações, memória, cooperação internacional e debate sobre políticas públicas

Redação Focus Brasil

**A** Fundação Perseu Abramo chega aos 30 anos reconhecida como uma das principais fundações partidárias da força progressista política do país. Criada pelo Partido dos Trabalhadores em 5 de maio de 1996, por decisão de seu Diretório Nacional, a Fundação nasceu para responder a uma antiga as-

piração do partido: constituir um espaço fora das instâncias partidárias cotidianas, com autonomia jurídica e administrativa, dedicada à reflexão política e ideológica, à promoção de debates, estudos, pesquisas e ações de educação política.

A origem da FPA está diretamente ligada à percepção de que um partido de massas precisava preservar sua memória, organizar sua elaboração programática e manter canais permanentes de diálogo com intelectuais, militan-

tes, movimentos sociais e setores da sociedade interessados na transformação democrática do país.

Hoje, se firmou como uma das instituições mais importantes de formação política, memória e produção de pensamento crítico vinculadas ao campo democrático-popular brasileiro.

[Acesse aqui o acervo histórico da Fundação Perseu Abramo](#)

## **O projeto do jornalista Perseu Abramo**

A criação da Fundação Perseu Abramo não surgiu do nada. Antes dela, o PT havia experimentado a Fundação Wilson Pinheiro, que reuniu intelectuais e dirigentes do partido, mas teve sua continuidade comprometida por dificuldades políticas e financeiras. A experiência se encerrou, mas a ideia permaneceu viva. Segundo o histórico oficial da FPA, ela amadureceu dentro do Diretório Nacional até ganhar nova viabilidade com a criação do Fundo Partidário, previsto na Lei dos Partidos Políticos, de 1995, que destinou parte dos recursos partidários à manutenção de institutos ou fundações de pesquisa, doutrinação e educação política.

Foi nesse contexto que o jornalista e militante histórico Perseu Abramo, então secretário nacional de Formação Política do PT, passou a desenvolver estudos para a constituição da futura instituição.

Nos primeiros meses de 1996, ele elaborou documentos, fez consultas e ajudou a desenhar as linhas de trabalho da Fundação. Perseu morreu em 6 de março daquele ano, pouco antes da aprovação formal do projeto pelo Diretório Nacional.

A Fundação que ajudou a conceber recebeu seu nome como homenagem a uma trajetória marcada pelo jornalismo, pela sociologia, pela docência, pela militância socialista e pela defesa da democracia.

## **Memória, formação e políticas públicas**

Desde sua criação, a Fundação assumiu tarefas que continuam centrais em sua atuação: recuperação da memória e da história do PT, reflexão ideológica, política e cultural, socialização do patrimônio político acumulado, rea-

lização de eventos, publicações, educação política e pesquisas de opinião pública.

A posse simultânea do Conselho Curador e da Diretoria ocorreu em 14 de outubro de 1996. Poucos dias depois, em 19 de outubro, foi inaugurada a sede provisória da Fundação. Em novembro do mesmo ano, a FPA realizou sua primeira atividade pública: o seminário “O Modo Petista de Governar – 3ª Geração”.

Ao longo de três décadas, essa vocação se desdobrou em diferentes frentes. O site oficial da Fundação, hoje um Portal que disponibiliza digitalmente toda a produção da instituição, reúne hoje áreas e projetos ligados à formação, memória, opinião pública, análises de conjuntura nacional e internacional e produção editorial – além de revistas, livros, pesquisas, relatórios de alto nível

A casa edita e publica ainda as revistas Reconexão Periferias, a Focus Brasil e a histórica e prestigiada revista Teoria e Debate.

A FPA também se tornou um espaço de elaboração sobre políticas públicas. Essa dimensão aparece em publicações, cadernos, cursos, seminários e documentos programáticos. Um exemplo desse papel foi o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, publicado em 2020 pela Fundação Perseu Abramo e pelo PT, elaborado a partir de debates com os Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas, os NAPPs, e com a participação de setores democráticos da sociedade, movimentos sociais, centrais sindicais, dirigentes e militantes.

Na produção editorial, a Editora Fundação Perseu Abramo mantém uma linha de publicações que combina memória política, formação, economia, trabalho, comunicação, tecnologia, relações internacionais e debates sobre o desenvolvimento nacional.

Aparecem no catálogo obras

como O exílio brasileiro no Chile de Allende, de Paulo de Tarso Riccardi; Meu sangue em minhas ideias: dialética e imprensa revolucionária em José Maria Mariátegui, de Monica Bruckmann; e Desafios e soluções para o desenvolvimento nacional: reconstrução e transformação – um tributo à Maria da Conceição Tavares, de Jorge Bittar, Mariano Lapane e Luiz Antonio Rodrigues Elias.

O catálogo recente também inclui temas como inteligência artificial, sociedade, classe trabalhadora e emergência climática.

## **O CSBH e a preservação da memória política**

Um dos eixos centrais dessa trajetória é o Centro de Documentação e Memória Política Sérgio Buarque de Holanda, o CSBH. Vinculado à Fundação Perseu Abramo, o centro guarda registros de uma das experiências mais importantes da classe trabalhadora na história recente do Brasil. O Centro é responsável pelo tratamento do arquivo histórico do PT e seus personagens, da militância à direção, da memória política do Brasil e pelo fomento à pesquisa e à reflexão sobre a história do partido, da esquerda e da classe trabalhadora.

O acervo do CSBH reúne documentação fundamental para compreender a reorganização da esquerda brasileira contemporânea, especialmente a luta pela conquista e manutenção da democracia após o fim do regime militar.

Também abriga praticamente todo o acervo do Diretório Nacional do PT produzido antes de 1989, além de conjuntos documentais que avançam até os anos 2000, arquivos de instituições com as quais o PT manteve relação, arquivos pessoais de dirigentes e militantes e outras coleções. A disponibilização online começou

pelo acervo iconográfico, com fotografias, negativos e cartazes, e avançou para periódicos, reunindo cerca de 50 mil registros.

O trabalho do CSBH inclui ainda exposições virtuais sobre a história do PT e de políticas públicas importantes, além da construção de um acervo de entrevistas baseado na metodologia da história oral, com depoimentos de militantes e lideranças que contribuíram para a trajetória do partido. Com isso, a Fundação não apenas preserva documentos, mas também estimula novas leituras sobre a memória política da esquerda, da classe trabalhadora e das lutas democráticas no Brasil.

## **Estudos, pesquisas e leitura do Brasil**

A produção de estudos e pesquisas é outra frente estruturante da Fundação. O Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos, o NOPPE, dá continuidade a uma tradição iniciada ainda nos primeiros anos da FPA, quando a pesquisa de opinião pública foi definida como uma das linhas gerais de trabalho da instituição.

Entre os levantamentos recentes, destaca-se a terceira edição da pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, lançada em setembro de 2025 pela Fundação Perseu Abramo em parceria com o Sesc São Paulo. De abrangência nacional, a pesquisa acompanha recuos e avanços sociais no enfrentamento às desigualdades de gênero ao longo de três décadas, investigando temas como violência, saúde, trabalho, cuidados e participação. A nova edição teve uma fase qualitativa, com entrevistas virtuais realizadas em 2021 com 65 mulheres cis e transgênero, e uma fase quantitativa, realizada em 2023, com 1.221 homens e 2.440 mulheres.

A parceria com o Sesc também reforça a capacidade da Fundação de transformar pesquisa em debate público. No lançamento da terceira edição, a abordagem do levantamento foi organizada em seis eixos: imagem das mulheres; corpo, sexualidade e saúde; violência contra as mulheres; proteção social e política de cuidados; trabalho remunerado e não remunerado; e cultura política e participação. A apresentação dos dados foi feita no Centro de Formação e Pesquisa do Sesc, em São Paulo, pelas pesquisadoras Vilma Bokany e Sofia Toledo, do NOPPE.

Além das pesquisas sobre gênero, o acervo recente da FPA reúne estudos e materiais sobre classes trabalhadoras, participação institucional e periferias, segurança pública, cenário político, educação, nova indústria, pessoas LGBTQIA+, pessoas idosas e outros temas de interesse público. Esses materiais ajudam a conectar formação política, diagnóstico social e formulação de políticas públicas, reforçando o papel da Fundação como espaço de leitura crítica do país.

Na agenda internacional, a Fundação mantém uma área própria de Cooperação Internacional. Criado em 2003, o núcleo tem como objetivo estimular e fomentar o debate político sobre grandes temas mundiais, relações internacionais, integração regional e política externa. A atuação recente inclui publicações, boletins, cursos e programas voltados à leitura do cenário internacional, como o Janela Internacional, dedicado às questões mundiais, à política externa do governo Lula e à política de relações internacionais do PT.

A Cooperação Internacional também aparece em iniciativas de formação e publicação. A Fun-

dação realizou, em parceria com a Fundação Rosa Luxemburgo, o Curso de Formação de Internacionais, em formato híbrido, e publicou, em 2025, material derivado do seminário Cinco décadas de independência e percurso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, reunindo artigos e falas do evento. Em 2026, a FPA publicou a segunda edição de boletim internacional produzido pela área de Cooperação Internacional para contribuir nos debates do 8º Congresso Nacional do PT.

## **Três décadas e novos desafios**

A celebração dos 30 anos da Fundação Perseu Abramo, em maio de 2026, retomou essa trajetória e projetou novos desafios. A conferência comemorativa reuniu Marilena Chauí, Fernando Haddad, ex-presidentes da entidade, lideranças políticas, convidados e vídeo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudando o aniversário, os colaboradores, admiradores e dialogando sobre o papel e o futuro da instituição que, ressaltou, acompanha desde que fora criada.

A data reforça o lugar da Fundação Perseu Abramo como espaço de memória e pensamento, mas também como instrumento de formação política voltado ao futuro, em constante movimento e transformação.

Em um período marcado por transformações tecnológicas, crise climática, novas formas de trabalho, desinformação e ataques à democracia, a FPA chega aos 30 anos diante do desafio de renovar métodos, ampliar escutas e manter sua função histórica: produzir conhecimento, formar militantes, preservar memória e contribuir para a construção de um projeto democrático e popular para o Brasil. ■



## Memória, juventude e luta antirracista marcam debate sobre o futuro do PT

Roda de conversa nos 30 anos da Fundação Perseu Abramo reuniu Olívio Dutra, Iêda Leal, Julia Kopf e Ademário Souza Costa em debate sobre memória, renovação e futuro do PT

Rose Silva

**A**os 30 anos, a Fundação Perseu Abramo olhou para a própria história mirando também o futuro do Partido dos Trabalhadores. Na roda de conversa “Rumo aos 50 anos: o PT e a força de um futuro popular”, memória, juventude, luta antirracista e participação das mulheres apareceram não como temas laterais, mas como dimensões centrais para pensar a renovação do partido.

Realizado em 9 de maio, durante a comemoração dos 30 anos da FPA, o debate reuniu o ex-governador do Rio Grande do Sul Olívio Dutra, a coordenadora nacional do Movimento Negro Unificado, Iêda Leal, a secretária nacional de Juventude do Partido dos Traba-

lhadores, Julia Kopf, e a diretora da Fundação Elen Coutinho, responsável pela mediação. A mesa articulou passado e futuro do PT, resgatando a memória como elemento de formação política dos militantes e do povo brasileiro.

Em sua exposição, Dutra retomou a história da ocupação do Rio Grande do Sul, marcada por lutas violentas e por conflitos raciais e de classe que deram origem à classe trabalhadora e ao Partido dos Trabalhadores. Falou da primeira greve do Rio Grande do Sul, dos portuários, em 1917, reprimida violentamente, e de vários golpes e tentativas de golpe ocorridos na história do Brasil.

“O PT surgiu no meio de uma ditadura, que durou 21 anos, na qual o povo brasileiro sofreu muito, em especial os trabalhadores, de diferentes categorias, no campo e na cidade. Surgiu contestando essa situação, e nós

contribuímos para que a ditadura acabasse”, lembrou.

Ao tratar das disputas internas e dos desafios de atualização do partido, Dutra defendeu que as lutas sociais contemporâneas não sejam tratadas como temas isolados. Para ele, as lutas antirracismo, LGBTQIA+, das mulheres camponesas e urbanas e da juventude do campo e da cidade, levadas por importantes setores da sociedade e presentes na vida da militância, podem e devem fecundar o partido, sem ficarem restritas a grupos que têm isso como natureza de vida e luta no cotidiano.

“Essas questões são sérias e elas não podem estar numa bolha dentro do partido, têm que ser discutidas. Assim como temos que discutir o funcionamento das tendências partidárias internas, que são do DNA do PT, e sua representação. Hoje as tendências

mais fortes são as que têm mais parlamentares, vereadores, deputados estaduais no Congresso Nacional, cargos nos executivos, nos gabinetes. Não é mais aquela discussão de temas, pensando num mundo diferente, de justiça, igualdade e fraternidade. Elas poderiam ser fontes para fazer essa reflexão”, pontuou.

## Renovar o partido por dentro

A crítica mais direta à composição histórica da Fundação veio de Iêda Leal, que apontou o fato de a Fundação Perseu Abramo só ter sido dirigida por homens até hoje. “Precisamos dizer que para mulheres como nós, negras, as oportunidades chegam mais tarde na vida. São 48 anos do Movimento Negro Unificado, 46 anos do Partido dos Trabalhadores, 30 anos da Fundação. E fico pensando quais contribuições podemos oferecer para o fortalecimento do nosso projeto? Estamos envelhecidas, mais sábias, mais potentes em defender o nosso país. Penso que se justifica, quando não somos ouvidas, a gente criar locais pra discutir. Então as mulheres se juntam ali, os gays aqui, os indígenas, ambientalistas e jovens em outro lugar porque não há espaço pra gente fazer a luta unificada”, afirmou.

Julia Kopf trouxe a perspectiva da juventude petista sobre o desafio de fazer com que o PT continue fazendo sentido para os jovens e mantenha viva a chama do socialismo. “Olívio [Dutra] fez um resgate histórico e conseguimos entender que aquele motivo e o ambiente que deram origem ao partido ainda estão em alta: a luta de classes e a necessidade de que a classe trabalhadora amplie os direitos democráticos no Brasil.”

Ao discutir a relação da juventude com o mundo do trabalho,



Julia também contestou leituras simplificadas sobre os empregos formais e a CLT. “Muitos dos companheiros acreditam e reproduzem que a juventude não quer mais trabalhar pelo regime de CLT, mas a realidade é que ninguém quer ter um trabalho no qual não vê sentido, que é precarizado. Ninguém quer bater ponto para fazer reuniões que poderiam ser um e-mail, nem ter um chefe abusivo que não respeita ninguém no ambiente de trabalho. As pessoas não querem passar duas horas no transporte público para trabalhar no presencial. Não acredito que a gente, que é do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras, tem que aceitar que a CLT seja um regime de trabalho sem defeitos e que a gente não pode, inclusive, melhorar”, afirmou.

O integrante do Conselho Curador da FPA, Ademário Souza Costa, ampliou o debate ao questionar uma leitura da história da

classe trabalhadora centrada apenas no período posterior à escravidão. Segundo ele, o PT apresenta uma formulação que pressupõe que a luta política da classe trabalhadora tenha se iniciado no fim da escravidão, com a imigração europeia, o trabalho assalariado, o anarco-sindicalismo e as greves operárias, até a constituição do PT.

“Essa ideia cria um hiato histórico no país, porque é como se não houvesse resistência indígena e negra, como se não tivesse havido Cabanagem, Balaiada, Sabina-da, a Confederação dos Tamoios, a Confederação do Equador, a Revolta dos Malês, o Quilombo dos Palmares. E se a gente não pega essa história, que é fonte inspiradora, é impossível fazer uma análise mais profunda sobre a escravidão negra como base para a acumulação primitiva do capital, e se perde a possibilidade de aprofundar a formulação”, afirmou. ■



## Roda de conversa na FPA pautou horizontes da esquerda e os desafios globais

Polarização entre EUA e China e o protagonismo do Brasil e da América Latina para resistir ao neoliberalismo foram temas das exposições

Rose Silva

O segundo dia de celebrações dos 30 anos da Fundação Perseu Abramo, em 9 de maio, foi marcado por uma mesa que reuniu os diretores da FPA Valter Pomar e Monica Valente para falar sobre o panorama mundial e as perspectivas da classe trabalhadora. O debate foi mediado pela diretora Elen Coutinho.

Valter Pomar fez um comparativo entre as crises que precederam a derrota do nazifascismo, em 1945, e aquela que vivemos atualmente. “A União Soviética

tinha um nível de integração com o mundo capitalista baixíssimo, enquanto, no caso da República Popular da China, há uma imensa integração. Existiu uma crise macroeconômica no passado, tendo como marco o ano de 1929, e, mais recentemente, houve a crise de 2008. Uma segunda semelhança é o declínio da potência hegemônica, na época a Grã-Bretanha e, atualmente, os Estados Unidos”, afirmou.

Ele mencionou o nível de polarização atual, similar ao que havia no pré-Primeira Guerra Mundial. “É uma crise que não afeta apenas a vida material das pessoas. Tem uma dimensão mais visível, o empobrecimento, o desemprego, a precarização, e também um adoe-

cimento mental social, cuja principal característica, do meu ponto de vista, é que abala a crença de que o futuro pode ser melhor”, pontuou.

### Crise global e oportunidade histórica

Para ele, essa crise, como outras na história contemporânea, abre uma janela de oportunidades para o país e a classe trabalhadora. “Foi assim na época das guerras napoleônicas, quando se iniciou o nosso ciclo de industrialização, e agora também. As pessoas que vivem do seu trabalho e não exploram o semelhante são a imensa maioria do povo brasileiro. E o que a gente deve buscar

nessa circunstância é a melhor solução possível para essa parcela da humanidade.”

Mônica Valente abordou, em sua exposição, os desafios e as oportunidades da América Latina para firmar-se como polo de resistência ao neoliberalismo e constituir uma alternativa. “Nesse cenário global, vivemos aqui coisas muito inusitadas. Quem poderia imaginar que a luta contra o modelo neoliberal no início da década de 90 daria origem à onda vermelha ou onda rosa, a partir de 1998, com a eleição de Chávez na Venezuela?”, disse.

“Nossos países foram criando experiências de combate à pobreza, à fome, de busca de justiça social, sem nenhum grande modelo teórico que tenha nos guiado, mas foram vitórias eleitorais que criaram paradigmas muito importantes na Venezuela, depois no Brasil, na Argentina, no Paraguai, na Bolívia, no Chile, no Equador e no Caribe, na América Central, Honduras, República Dominicana, Panamá, com governos antineoliberais, alguns mais à esquerda, outros menos, mas todos antineoliberais. E isso durou até mais ou menos 2013, quando Obama declarou a Venezuela como uma ameaça inusual e extraordinária aos Estados Unidos”, afirmou.

## **América Latina e integração regional**

Ela pontuou a importância estratégica da América Latina, que faz com que os adversários olhem a região e os governos progressistas com preocupação. “A gente não conhece direito esse potencial de influência do Brasil e da região nesse cenário global. Depois de enfrentar um período de dificuldade, com sucessivos golpes, o protagonismo do combate ao modelo neoliberal nos levou a uma nova onda de vitórias.

Chamo atenção para 2018, a eleição de López Obrador no México, o acordo de paz na Colômbia, que permitiu uma reorganização política das forças progressistas e a construção de uma unidade da esquerda que levou Petro à vitória em 2022. E o Brasil, que, após tantas dificuldades, recuperou a presidência em 2022, além da luta permanente de resistência do povo venezuelano e de Cuba.”

O integrante do Conselho Curador Pedro Silva Barros disse que o governo brasileiro foi essencial para rearticular a região e conseguiu, em 2023, reunir 12 presidentes na Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, o que parecia muito difícil naquele momento da transição.

“O presidente Lula conseguiu em quatro meses. O presidente do Equador não falava com o presidente da Argentina e ambos estavam aqui. Os presidentes do Uruguai e do Paraguai nunca haviam conversado com o presidente da Venezuela e participaram da mesma mesa. E o presidente da Colômbia não reconhecia o governo do Peru, mas ambos participaram da reunião”, lembrou.

Porém, afirmou que, passados três anos, ainda não houve uma reunião de ministros. “Estamos no momento de transição energética, mas não tivemos nenhum encontro sul-americano sobre energia. A Unasul foi criada em um momento de crescimento econômico e do comércio intrarregional, com distribuição de renda, mas nem todos os governos tinham a mesma orientação. Porém, havia uma maioria que gerava um custo muito grande para quem ficasse de fora”, disse.

“Hoje vivemos um momento muito mais difícil e precisamos atualizar essa agenda. Isso implica ter necessariamente concentração para além dos governos

nacionais. É necessário articular-se com os governos subnacionais desses países, com os movimentos sociais, e envolver também o setor privado. E agora teremos a nossa eleição, a mais importante da história da América Latina. Porque os nossos princípios constitucionais que comungamos com os vizinhos, como a autodeterminação dos povos, estão sob ataque”, concluiu.

## **Um horizonte de esperança**

A diretora da FPA Elen Coutinho acredita que o PT vem incorporando alguns tabus que deveriam ser enfrentados. “O debate da autonomia do Banco Central é um exemplo disso, e também a taxa de juros de um dígito, porque vai criar um rebuliço. Como também, há muitos anos, a gente não pode mencionar a auditoria da dívida pública. Penso que, ao falar de horizontes da esquerda, é fundamental ganhar a população para o nosso projeto político, para ser socialista, pois a gente não consegue chegar ao socialismo sem ganhar a população para isso”, afirmou.

“Quando começamos a colocar as pessoas na universidade, havia um horizonte de esperança. No início da entrega de casas durante o primeiro governo Lula, havia um horizonte de esperança em ter acesso à casa própria. Recentemente fizemos uma coisa muito bacana em relação ao imposto de renda, mas não existe um horizonte de esperança para as pessoas efetivamente. Acredito que essa seja uma discussão para ser feita entre nós. Qual é, de verdade, o horizonte de esperança que nós estamos apresentando para as pessoas e como estamos fazendo esse debate com a população em geral, sobre a expectativa de dignidade e de qualidade de vida?”, questionou. ■



# Nos 200 anos da Câmara, história do PT se mistura à luta por representação popular

Nos 200 anos da Câmara dos Deputados, trajetória da instituição revela disputas pela soberania popular, rupturas democráticas e a presença do PT na ampliação da representação política no país.

Fernanda Otero

**A** história da Câmara dos Deputados se confunde com a própria tentativa do Brasil de aprender a se governar. Em seus plenários, o país viu nascer Constituições, atravessou rupturas autoritárias, ampliou direitos, silenciou diante de injustiças e disputou, geração após geração, quem teria voz na vida pública.

Aos 200 anos, a instituição chega ao bicentenário carregando

as marcas de uma democracia incompleta, feita de avanços, interrupções e permanentes disputas por representação popular. É nesse percurso, entre a memória das lutas sociais e a construção de direitos, que a trajetória do Partido dos Trabalhadores também se inscreve na história da Câmara.

A Câmara dos Deputados chega aos 200 anos em 2026 como uma das instituições mais antigas do Estado brasileiro e peça central da história política nacional. Criada pela primeira Constituição do país, em 1824, outorgada por D. Pedro I, a Câmara foi instituída

na Assembleia Geral Legislativa do Império, ao lado do Senado, inaugurando o modelo bicameral que permanece até hoje.

A primeira legislatura foi aberta em 6 de maio de 1826, no Rio de Janeiro, três anos e meio após a Independência. Naquele momento, a Câmara tinha 102 integrantes, escolhidos por meio de eleições indiretas, enquanto o Senado era composto por 50 membros vitalícios oriundos da nobreza, da magistratura e do clero.

É nesse percurso que a trajetória do Partido dos Trabalhadores se inscreve: como parte da luta

para levar ao Parlamento demandas de trabalhadores, movimentos sociais, mulheres, população negra, povos indígenas, juventudes e periferias.

## **Disputa pela soberania popular: as Constituições do Brasil e as rupturas democráticas**

O país teve sete Constituições: 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988. Todas atravessaram, de alguma forma, o escrutínio ou a atuação do Parlamento, ainda que sob condições políticas muito diferentes. A Constituição de 1891 foi promulgada por um Congresso Constituinte após a Proclamação da República; a de 1934 resultou de uma Assembleia Nacional Constituinte; a de 1937 foi imposta por Getúlio Vargas no golpe do Estado Novo; a de 1946 foi promulgada por uma Assembleia Constituinte após a queda da ditadura varguista; a de 1967 foi aprovada pelo Congresso sob o regime militar; e a de 1988 foi elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte convocada pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985. O portal da Câmara reúne os textos de todas as Constituições brasileiras, desde o Império até a Constituição Cidadã.

A Constituinte de 1987-1988 foi congressual e não exclusiva: seus integrantes eram deputados e senadores eleitos, que exerceram a função constituinte em conjunto com o mandato parlamentar. Segundo o site de comemoração dos 200 anos da Câmara, participaram da Assembleia Nacional Constituinte 594 parlamentares, sendo 559 titulares e 35 suplentes: 512 deputados constituintes e 82 senadores constituintes. Os trabalhos foram presididos por Ulysses Guimarães e resultaram na Constituição de 5 de outubro de 1988, marco da redemocratização e da ampliação de direitos sociais,

políticos e trabalhistas no país. O acervo da Constituinte, preservado pela Câmara, reúne mais de dois milhões de registros textuais, fotográficos, sonoros e filmográficos, além de milhares de emendas, sugestões e documentos do processo constituinte.

A diferença entre uma Constituinte congressual e uma Constituinte exclusiva está no mandato. Na primeira, como ocorreu em 1987, os parlamentares eleitos para o Congresso também elaboraram a Constituição. Na exclusiva, os representantes seriam eleitos apenas para reformar ou redigir pontos constitucionais específicos, sem acumular a rotina legislativa ordinária.

Em 2015, o então líder do PT na Câmara, Sibá Machado, defendeu uma Assembleia Constituinte exclusiva para tratar do tema, além de mecanismos de participação popular. Segundo ele, pontos consensuais poderiam ser submetidos a plebiscito, enquanto temas divergentes deveriam ser tratados por uma Constituinte exclusiva. “Um deputado eleito para essa Constituinte teria comprometimento com a reforma”, argumentou.

A trajetória da Câmara dos Deputados também foi marcada por graves rupturas autoritárias. Em diferentes momentos da história republicana, o Congresso Nacional teve seu funcionamento interrompido pela força: em 1891, com a dissolução promovida por Deodoro da Fonseca; em 1930, após a chegada de Getúlio Vargas ao governo provisório; em 1937, com o golpe do Estado Novo, que manteve o Parlamento fechado por nove anos; e em 1968, quando o Ato Institucional nº 5, durante a ditadura civil-militar, fechou o Congresso e suspendeu direitos políticos.

Esses episódios permanecem como marcas sombrias da vida institucional brasileira, pois sig-

nificaram a ruptura da representação popular e a subordinação do Legislativo a projetos autoritários de poder.

## **Representação popular e desigualdades persistentes**

Ao longo de 200 anos, a Câmara também carrega a contradição entre a ampliação formal da representação e as desigualdades persistentes no acesso ao poder. A primeira deputada federal, Carlota Pereira de Queirós, foi eleita apenas em 1933. O primeiro deputado indígena, o cacique Xavante Mário Juruna, foi eleito em 1982.

A Câmara registra ainda Antônio Pereira Rebouças como primeiro deputado negro, eleito em 1828. A presença desses nomes mostra que a representação parlamentar brasileira sempre foi atravessada por disputas de classe, raça, gênero e território, dimensões que continuam muito presentes na atualidade.

Hoje, a Câmara tem 513 deputados federais, eleitos pelo sistema proporcional, com mandatos de quatro anos. A Constituição de 1988 fixou a composição atual, com representação mínima de oito e máxima de 70 deputados por unidade da Federação, em totais que variam conforme a população. Esse desenho busca combinar a representação da população com a preservação de um piso federativo para estados menos populosos. Na prática, a Câmara representa o povo brasileiro, enquanto o Senado representa as unidades da Federação, com três senadores por estado e pelo Distrito Federal.

Embora a Câmara atual seja frequentemente apontada por setores progressistas como uma das mais conservadoras da história recente, esta legislatura também atingiu recordes de diversidade. Ainda que isso não reflita a de-



mografia do país, em 2022 foram eleitos 135 deputados federais negros, pretos e pardos, 91 mulheres, ao menos duas mulheres trans e cinco indígenas.

## **A Presidência da Câmara e o comando do país**

A Presidência da Câmara também tem peso institucional próprio. O presidente da Casa é o segundo na linha de substituição do presidente da República, depois do vice-presidente. Ao longo da República, presidentes da Câmara assumiram interinamente a Presidência da República em diferentes ocasiões. Entre os casos históricos estão Carlos Luz, que presidiu a Câmara em 1955 e assumiu a Presidência da República naquele ano; Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara entre 1958 e 1965, que assumiu a Presidência em 1961 e em 1964; e João Paulo Cunha, do PT, que substituiu interinamente o presidente Lula em 2004.

## **O PT e a disputa por uma Câmara a serviço do povo**

Nesse percurso bicentenário, o Partido dos Trabalhadores ocupa um lugar relevante na ampliação da representação política no país.

O partido marcou uma inflexão histórica na representação dos trabalhadores, dos movimentos sociais, das mulheres, da juventude, da população negra, dos povos indígenas e das periferias. Em menos de meio século, o partido chegou ao governo federal quatro vezes e transformou em políticas públicas parte das demandas que, por décadas, foram ignoradas pelas elites políticas e econômicas do país.

Nos governos petistas, projetos aprovados ou debatidos no Congresso Nacional ajudaram a consolidar avanços como a valorização do salário mínimo, a ampliação do acesso à educação superior, o fortalecimento das políticas de combate à fome, os programas de transferência de renda, a expansão dos direitos trabalhistas, a inclusão social e a retomada do papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Mesmo após o golpe parlamentar de 2016, que interrompeu o mandato legítimo da presidenta Dilma Rousseff, o PT preservou sua atuação institucional e social, resistiu à ofensiva contra direitos e voltou ao governo com a eleição de Lula em 2022. Esse retorno recolocou no centro da agenda nacional propostas de reconstrução democrática, desen-

volvimento com inclusão, combate à desigualdade, valorização do trabalho e defesa da soberania.

Três parlamentares do PT ocuparam a poderosa cadeira de presidente da Câmara: João Paulo Cunha (PT-SP), entre 2003 e 2005; Arlindo Chinaglia (PT-SP), entre 2007 e 2009; e Marco Maia (PT-RS), entre 2011 e 2013.

## **200 anos depois, a democracia segue em disputa**

A história da Câmara dos Deputados é, em grande medida, a história das disputas pelo sentido da democracia brasileira. Ali se escreveram páginas de ampliação de direitos, mas também se registraram silêncios diante da violência, da escravidão, dos golpes e das rupturas institucionais.

A Casa que nasceu sob uma Constituição outorgada atravessou Império, República, ditaduras, redemocratizações e crises, revelando que nenhuma instituição é democrática por natureza: ela se torna democrática quando se abre ao povo, quando acolhe a participação popular e quando se coloca a serviço da maioria.

O golpe parlamentar de 2016 permanece como uma das marcas mais dolorosas desse percurso recente. A Câmara foi palco de uma ruptura que, sem crime de responsabilidade, afastou a primeira mulher eleita presidenta do Brasil e abriu caminho para anos de retrocessos sociais, perda de direitos e fragilização da soberania nacional.

As comemorações dos 200 anos da Câmara não podem ser apenas um gesto protocolar. São também um convite à memória e à vigilância democrática, lembrando que o Parlamento só cumpre sua missão quando respeita o voto popular, protege a Constituição e transforma demandas sociais em direitos concretos. ■

# 200 anos da Câmara: representação, soberania e compromisso com o Brasil

Em uma democracia, o Parlamento é, por natureza, espaço de conflito, divergência e cobrança permanente, defende Arlindo Chinaglia

Por Arlindo Chinaglia,  
ex-presidente da Câmara

**A** Câmara dos Deputados chega aos seus 200 anos como uma das instituições mais questionadas do país e, ao mesmo tempo, uma das mais sólidas da República. Não há contradição nisso. Em uma democracia, o Parlamento é, por natureza, espaço de conflito, divergência e cobrança permanente. Assim, sua existência é essencial para a democracia, pois é no Parlamento que se expressam a pluralidade e a representação dos diferentes interesses da sociedade.

Quando o Brasil criou seu Parlamento, fez uma escolha histórica: a de que os destinos do país não seriam definidos pela vontade de um soberano, mas por representantes do povo. Essa decisão, tomada ainda no século XIX, permanece atual. A Câmara é o lugar onde a sociedade brasileira, com toda a sua diversidade, tensões e contradições, se encontra institucionalmente.

Presidir a Câmara entre 2007 e 2009 foi um desafio e, ao mesmo tempo, uma rara oportunidade para influir nos destinos do país. O eixo escolhido para dar um sentido geral às nossas atividades foi: os interesses do Brasil determinariam a nossa pauta. Somente uma Câmara soberana, autônoma, onde se respeita a Constituição, bem como o seu regimento, reu-

ne as condições para bem representar os interesses da população – para estar à altura desta tarefa, a Câmara não pode ser refém de nenhum outro Poder.

Naquele período ainda se guardava, com maior nitidez, a centralidade dos projetos e do debate político. Hoje, muitas vezes, o peso do orçamento, das emendas e dos interesses particularizados distorcem a lógica da representação. Reafirmar o papel da Câmara dos Deputados como pilar da República é parte do nosso permanente desafio.

Buscamos deixar marcas concretas. No plano legislativo, aprovamos medidas importantes, como o Fundo Soberano do Brasil, o piso nacional dos professores, a criação dos institutos federais, a ampliação da licença-maternidade para 180 dias, a guarda compartilhada, o reconhecimento jurídico das centrais sindicais e a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Avançamos, igualmente, em outras pautas fundamentais. Em janeiro de 2008, o Poder Executivo enviou a Medida Provisória que estabelecia a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas estradas. Foi aqui, na Câmara dos Deputados, que alteramos esse ponto essencial: o condutor não poderia estar sob os efeitos do álcool, independente de onde o houvesse ingerido – Lei Seca.

Outrossim, a Câmara teve a iniciativa de propor e aprovar a Emenda Constitucional através da qual garantimos o direito à ci-

dadania aos filhos de brasileiros nascidos no exterior (emenda dos apátridas), permitindo que fossem registrados em nossos consulados como brasileiros natos.

No debate sobre cotas, aperfeiçoamos a proposta para dar mais justiça e viabilidade nacional à essa política. Outra mudança constitucional que também me orgulha é a que autoriza pesquisas com células-tronco, afirmando o compromisso com a ciência e com a vida.

Entre todas essas iniciativas, vale destacar a permanente defesa da soberania da Câmara dos Deputados. Em momentos de tensão entre os Poderes, fizemos respeitar o nosso papel como representação popular, e, por consequência, nunca permitimos imposição externa. Nos vários embates, havia mobilizações dos setores que legitimamente buscavam defender os seus interesses. A condução dos trabalhos exigia o diálogo franco, insubmisso e contínuo.

Havia, ainda, o trabalho invisível, que é administrar a Casa. No plano institucional viabilizamos o funcionamento do Cefor (Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados). Apoiamos iniciativas pioneiras, como a neutralização de carbono, que fizeram da Câmara uma referência. Reorganizamos o trabalho administrativo e financeiro que resultou em grande economia aos cofres públicos.

Ao celebrar os 200 anos da Câmara, devemos ir além das homenagens formais, renovando o nosso compromisso com o futuro. O eterno desafio é a Câmara representar melhor, debater melhor e decidir melhor. É necessário resistir a política reduzida ao espetáculo vazio e o consequente afastamento dos reais interesses da sociedade. Nos seus 200 anos, a Câmara dos Deputados continua sendo um instrumento essencial da democracia brasileira. Cabe a nós, fazermos por merecer sua história e seu futuro. ■



# De autor da Constituição Cidadã a “inimigo do povo”: alguns percursos do Congresso Nacional em 200 anos

“O Congresso Nacional é, de fato, uma espécie de caixa de ressonância de nossa sociedade, pois expressa as disputas entre diferentes projetos de Brasil”, escreve em artigo o ex-presidente da Câmara Marco Maia

Por Marco Maia, ex-Presidente da Câmara dos Deputados

**Q**uando presidi a Câmara dos Deputados, entre 2011 e 2013, participei de alguns momentos que me remeteram à vocação do Parlamento ao pluralismo político e à democracia – onde articulávamos, entre forças opositoras, projetos com impacto direto na vida dos brasileiros e brasileiras, discutíamos diferentes visões de mundo e, não raro, chegávamos aos consensos pos-

síveis em uma jovem democracia ainda em busca de sua identidade.

O Congresso Nacional é, de fato, uma espécie de caixa de ressonância de nossa sociedade, pois expressa as disputas entre diferentes projetos de Brasil. Nele se confrontam forças políticas que representam os interesses das elites e da classe trabalhadora, do campo e da cidade, da indústria e do comércio. Como Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores e presidente da Câmara dos Deputados, pude estar à frente da condução das sessões da Câmara e do Congresso, experiência que

marcou profundamente minha compreensão acerca da sociedade brasileira e dos enormes desafios para a realização da democracia e da cidadania em nosso país.

Em seus 200 anos de história, o Congresso Nacional viveu as intempéries da disputa política em torno da possibilidade real de constituição da democracia, tendo sido, conforme fontes históricas, fechado ou dissolvido 18 vezes. Seu cerceamento teve motivos diversos, desde a contraposição aos projetos do governante à época, até a assunção ao poder de regimes autoritários, como na



era Vargas e na Ditadura Militar. Neste último período, também foi utilizado o recurso da cassação de mandatos de deputados que se contrapunham ao regime antidemocrático, em extremo ato de constrição da vontade popular e de ojeriza à noção de pluralismo político – pedra fundamental das democracias liberais modernas.

Como espelho do Brasil, a trajetória do Parlamento brasileiro não foi persistente, tampouco destinada à democracia e à ampliação de direitos: demanda luta constante dos trabalhadores, das mulheres e homens que pautam sua atuação política na defesa dos direitos sociais, políticos e civis e na construção de uma democracia sólida, participativa e atenta às necessidades do povo. O direito ao voto é um exemplo clássico – durante décadas, foi restrito à elite econômica e letrada, excluídas as mulheres, os negros, os analfabetos, os pobres, os povos indígenas e outras parcelas da sociedade à margem do Parlamento masculino, branco e rico que se impunha. À custa de muitas lutas, os movimentos populares, partidos

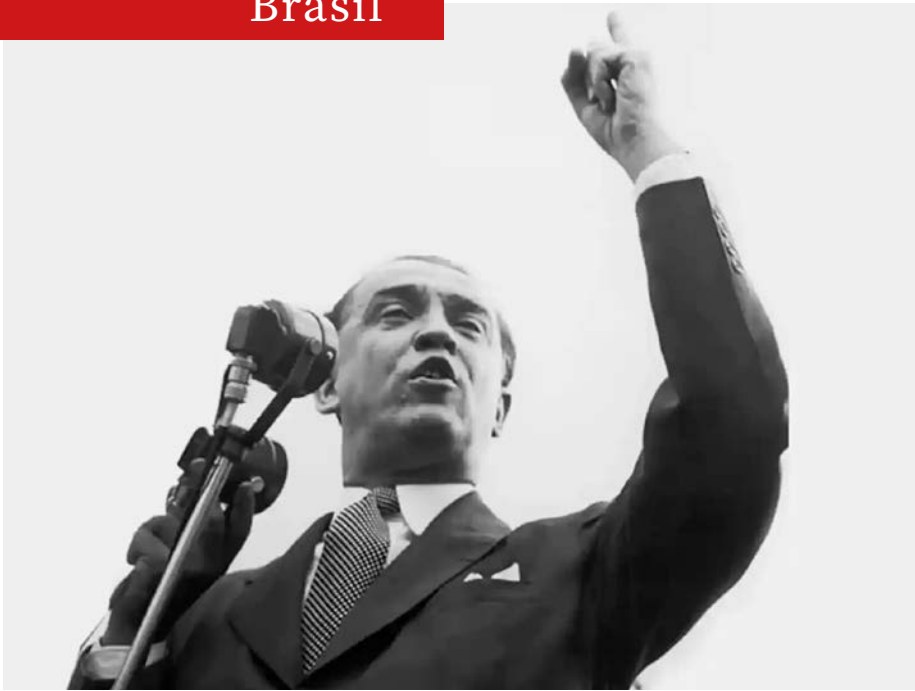
políticos à esquerda e instituições da sociedade civil progressista se alinharam à luta pela ampliação do direito ao voto, materializando a Câmara dos Deputados e, amplamente, o Congresso Nacional, como a Casa do Povo. Nesse contexto, somente com a Constituição Cidadã de 1988 o voto foi estendido a todos os brasileiros, corrigindo séculos de exclusão daqueles sem acesso aos mais básicos direitos humanos.

Do mirante pelo qual pude observar e viver o Congresso, alguns momentos foram simbólicos, pois encarnaram a luta pela garantia de direitos, o debate franco e a democrática contraposição de visões de mundo. Em 2012, durante minha presidência e depois de muitas negociações, conseguimos aprovar a PEC das Domésticas (PEC 478/2010) na Câmara, que estendeu a domésticas, babás, cozinheiras e outras trabalhadoras os direitos trabalhistas já reconhecidos pela CLT a outros setores. Como em outros momentos históricos, a expansão dos direitos à classe trabalhadora foi fortemente rejeitada por

alguns grupos, com argumentos de que geraria desemprego e prejudicaria a economia. Foi apenas a partir da luta organizada das e dos trabalhadores que, com muita articulação do Partido dos Trabalhadores e de partidos do campo progressista, conseguimos avançar em demandas históricas para grupos que, até então, estavam à margem das proteções trabalhistas brasileiras.

Contudo, a roda da história, por vezes, dá marcha à ré! A composição do Congresso, nas últimas décadas, lhe confere um caráter conservador e reacionário marcante, que impõe à classe trabalhadora e ao campo democrático desafios que, por vezes, chegamos a acreditar estarem confinados ao nosso passado. Enquanto as ruas bradam “Congresso inimigo do povo”, a portas fechadas o Parlamento aprova a redução de penas àqueles que, em um ato de nostalgia, buscaram macular a legítima vontade do povo manifesta nas eleições de 2022. Se, em 2011, enquanto presidia a Câmara, aprovávamos a histórica Comissão Nacional da Verdade, destinada a elucidar violações de direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988 no Brasil, o curso da história nos provou, mais uma vez, que a democracia demanda vigília constante.

Ao celebrarmos os 200 anos do Congresso Nacional e nos aproximarmos das eleições de 2026, devemos não apenas rememorar nossas vitórias, mas também nos prepararmos, como sempre fizemos, para a defesa da democracia, do pluralismo político e dos direitos sociais e civis das brasileiras e dos brasileiros. Nascido da democracia, o Partido dos Trabalhadores é peça fundamental dessa luta. Que nos próximos 200 anos do Parlamento brasileiro, possamos fincar, de forma irreversível, a democracia na história do Congresso Nacional! ■



# Novo relatório confirma que JK foi assassinado pela ditadura

## Assassinato de JK: novo relatório da CEMDP desarticula versão de acidente na Via Dutra e aponta mais um crime da ditadura

Fernanda Otero

**U**m novo documento da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos, CEMDP, elaborado pela historiadora Maria Cecília Adão, relatora do caso, concluiu que o ex-presidente Juscelino Kubitschek foi morto pela ditadura civil-militar em 1976.

Com análise prevista para abril, o conteúdo foi apresentado aos familiares de JK e do motorista Geraldo Ribeiro, como parte do “rito ético de reparação”, e deve ser analisado pelo colegiado na próxima reunião, informou o GGN.

A reviravolta ocorre a poucos meses do país marcar os 50 anos da morte de JK, em 22 de agosto de 1976. Na versão oficial sustentada ainda durante a ditadura, o Opa-la em que JK viajava — conduzido por seu motorista e amigo Geraldo Ribeiro, que também morreu — teria se desgovernado após um suposto toque com um ônibus da Viação Cometa durante uma ultrapassagem, antes de atravessar o canteiro central da Via Dutra e colidir, já na pista contrária, com uma carreta.

A CEMDP foi recriada pelo governo federal no terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em julho de 2024. É composta por sete membros indicados pela sociedade civil e pelo presidente, além de representan-

tes das famílias das vítimas, do Ministério da Defesa e da Câmara dos Deputados. A presidente é a procuradora da República Eugênia Gonzaga.

### Falta de elementos materiais

O texto que será votado pelos conselheiros não abre novas frentes de apuração, mas reúne e organiza investigações já realizadas, com ênfase no inquérito civil do Ministério Público Federal (MPF), conduzido entre 2013 e 2019 e divulgado em 2021, após as conclusões da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

No inquérito, o MPF afirmou ter havido “falhas severas” nas investigações estatais e apontou, entre as lacunas, a ausência de exame toxicológico (para substâncias além do álcool) no motorista, o que impediria avaliar hipóteses como intoxicação ou envenenamento.

Um dos eixos centrais desse reexame é a crítica aos laudos do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) que deram base à tese do choque com o ônibus. O MPF afirma ter encontrado erros e contradições técnicas e, com apoio do engenheiro Sérgio Eizenberg, elaborou simulações em 3D que descartariam o contato entre ônibus e carro nas condições descritas.

Também são citados elementos, como a ausência de marcas de frenagem na pista e a alegação de que Geraldo Ribeiro teria comentado, antes de sair, que alguém havia “mexido no carro”, sem que a perícia da época buscasse alterações mecânicas.

Apesar de descartar a colisão como causa, o próprio MPF registrou que seria impossível afirmar ou descartar definitivamente a hipótese de atentado por falta de elementos materiais. No entanto, o novo relatório da Comissão



adota um enquadramento jurídico que visa sustentar a responsabilização do Estado com base no princípio do “in dubio pro victima” (na dúvida, a favor da vítima).

Se aprovado, como em outros casos, um convênio entre a Comissão e o Conselho Nacional de Justiça, o CNJ, pode gerar a retificação das certidões de óbito de JK e Geraldo Ribeiro para registrar a conclusão de morte violenta atribuída ao Estado.

### **Operação Condor**

O relatório também recupera o contexto político da época e documentos associados à Operação Condor, mencionando uma car-

ta do chileno Manuel Contreras, chefe da polícia secreta do Chile, a João Figueiredo, então chefe do SNI, na qual JK é citado como ameaça, ao lado de Orlando Letelier, assassinado em 1976 em um atentado em Washington.

Para o ex-deputado estadual Adriano Diogo (PT), que presidiu a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo, a morte de Juscelino Kubitschek deve ser compreendida dentro desse ambiente de perseguição política articulada entre ditaduras sul-americanas, voltada a neutralizar lideranças capazes de reorganizar a vida democrática no continente.

Ele lembra que, no mesmo pe-

ríodo, morreram figuras centrais da política brasileira, como João Goulart, JK e Carlos Lacerda, todos com potencial de influência no processo político nacional.

Ao comentar os avanços institucionais em torno da responsabilização do Estado brasileiro por mortos e desaparecidos políticos, Diogo também destacou o peso da mobilização da família de Rubens Paiva na construção dessa agenda.

Segundo ele, a atuação persistente de Eunice Paiva e de seus filhos foi decisiva para pressionar o Estado a reconhecer crimes cometidos pela ditadura e influenciou as medidas adotadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente a legislação que permitiu o reconhecimento oficial de mortes e desaparecimentos por motivação política.

Diogo afirma que os trabalhos das comissões da verdade em São Paulo já haviam apontado, anos atrás, para a necessidade de reavaliar a versão oficial sobre a morte de JK.

O deputado afirma, ainda, que a nova fase do caso, agora conduzida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, dá consequência institucional a um acúmulo de pesquisas, depoimentos e análises técnicas produzidos ao longo das atividades da Comissão da Verdade de São Paulo, presidida por Gilberto Natalini, e da Comissão Estadual da Verdade da Alesp.

“O relatório [da CV-Alesp] foi feito em 2014 e só agora foi convalidado pela Comissão de Mortos e Desaparecidos”, afirmou. Para o ex-deputado, a importância do novo parecer está em recolocar o caso no centro da política de memória, verdade e reparação: “Graças a Deus, faço parte do pequeno grupo de pessoas que nunca parou de investigar a ditadura”. ■

# Suspensão da Ypê por problemas sanitários é usada como pauta política por bolsonaristas

Empresa, que foi condenada por obrigar seus funcionários a votarem em Jair Bolsonaro em 2022, agora tenta justificar falha na produção por questões políticas

Henrique Nunes

**A** empresa Química Amparo Ltda., proprietária da marca de produtos de higiene e limpeza Ypê, foi condenada, em 2024, por assédio eleitoral em decorrência de uma live transmitida aos funcionários com a intenção de convencê-los a votarem pela reeleição de Jair Bolsonaro (PL) durante as eleições de 2022. Passados quatro anos do caso, a fabricante volta ao noticiário, mais uma vez, por motivos nada nobres: a suspensão do seu principal produto por problemas sanitários.

A decisão foi meramente técnica: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) determinou, nesta quinta-feira (7/5), o recolhimento de produtos lava-louças (detergente), sabão líquido para roupas e desinfetante da marca Ypê, de todos os lotes com numeração final 1. A medida inclui ainda a suspensão da fabricação, a comercialização, a distribuição e o uso dos produtos.

A decisão foi tomada a partir de avaliação técnica de risco sanitário, conduzida pela Anvisa em articulação com o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS), após inspeção conjunta realizada com o Centro de Vigilância Sanitária de São Paulo (CVS-SP) e a Vigilância Sanitária de Amparo

(Visa-Amparo) na última semana.

Os problemas identificados comprometem o atendimento aos requisitos essenciais de Boas Práticas de Fabricação (BPF) de saneantes e indicam risco à segurança sanitária dos produtos, com possibilidade de ocorrência de contaminação microbiológica (presença indesejada de microrganismos patogênicos).

## Suspensão irritou bolsonaristas

Logo após a notícia da suspensão do detergente, integrantes da direita passaram a espalhar nas redes sociais a tese de que a medida da Anvisa seria uma suposta perseguição do governo Lula contra a Ypê, em razão de doações feitas por membros ligados à empresa à campanha de reeleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2022.

Segundo registros do Tribunal Superior Eleitoral e publicados pela revista Carta Capital, integrantes da empresa doaram, juntos, 1 milhão de reais à campanha do ex-presidente. “O Estado usa as autoridades para arruinar financeiramente os oponentes e criar intimidação”, afirma, sem provas, um vídeo publicado nas redes sociais por Waldir Beira Júnior, presidente da companhia e filho do fundador.

Quem também publicou vídeo em defesa do detergente foi o vice-prefeito de São Paulo, Ricardo Mello Araújo, convocando seguidores a comprarem produtos Ypê.



“Vamos acabar com essa sacanagem que estão fazendo com essa empresa 100% brasileira”, afirmou.

O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos) também publicou um vídeo nas redes sociais em que menciona a determinação da Anvisa e levanta suspeitas sobre a relação entre o caso e as doações feitas à campanha de Bolsonaro.

## Efeito suspensivo

A decisão da Anvisa está suspensa desde o dia 8 de maio após a fabricante apresentar recurso administrativo ao órgão. Mesmo assim, a Anvisa mantém o alerta de risco sanitário e orienta os consumidores a não usar os 23 itens com lotes de final 1 afetados pela decisão.

Mesmo com o efeito suspensivo da decisão, a Anvisa informou que mantém o entendimento técnico sobre os riscos identificados na linha de produção da unidade da Química Amparo, em Amparo, São Paulo.

A agência destacou que o julgamento definitivo do recurso pela Diretoria Colegiada deve ocorrer nos próximos dias.

Enquanto isso, o órgão orienta que os consumidores não utilizem os produtos envolvidos “por segurança”. Esmo com o efeito suspensivo da decisão, a Anvisa informou que mantém o entendimento técnico sobre os riscos identificados na linha de produção da unidade da Química Amparo, em Amparo, São Paulo.

A agência destacou que o julgamento definitivo do recurso pela Diretoria Colegiada deve ocorrer nos próximos dias. Enquanto isso, o órgão orienta que os consumidores não utilizem os produtos envolvidos “por segurança”. ■

# A semana no mundo: confira os destaques internacionais

Cúpula Africa Forward gera compromisso de investimento mútuo de €23 bilhões entre França e África; surto de hantavírus no cruzeiro MV Hondius, administrado pela OMS e a Espanha; e mais uma erupção no Monte Dukono, com final trágico na Indonésia



## Macron anuncia €23 bilhões para a África em cúpula no Quênia

O presidente da França, Emmanuel Macron, anunciou um pacote de 23 bilhões de euros em investimentos para a África durante a cúpula Africa Forward, realizada em Nairóbi, no Quênia. Segundo o líder francês, os recursos serão direcionados à transição energética, ao setor digital e de inteligência artificial, à economia marítima e à agricultura, com a previsão de gerar 250 mil empregos diretos na África e na França.

Do total, 14 bilhões de euros virão de fundos públicos e privados franceses, enquanto 9 bilhões de euros devem ser aportados por investidores africanos. Ao apresentar a proposta, Macron defendeu uma relação econômica mais equilibrada entre França e países africanos, afirmando que o vínculo deve ser “livre de complexos” e baseado em investimentos de mão dupla.

A reportagem do France 24/7

destaca que a cúpula foi organizada em um momento em que a França tenta renovar sua presença no continente após anos de desgaste político, especialmente em suas antigas colônias. No evento, Macron também defendeu o multilateralismo, o livre comércio e a devolução de obras africanas saqueadas no período colonial, cujo retorno ganhou novo impulso após a aprovação de uma lei no Parlamento francês.



Tedros Adhanom Ghebreyesus  
@DrTedros

🔒 Não foi possível obter a tradução [Tentar novamente](#)

Muchas gracias, @eucopresident Antonio Costa, for your support and partnership. @WHO values this collaboration, especially with #Spain, to respond to #hantavirus efficiently.

Continued international coordination is essential to protect the health of those on board, the responders, and the broader community.



António Costa @eucopresident · 11 de mai

Mi pleno apoyo y gratitud al gobierno de España y a nuestros socios internacionales por su respuesta al #Hantavirus en estrecha coordinación con @WHO y @ECDC\_EU. Un excelente ejemplo de cooperación multilateral para enfrentarnos con eficacia a emergencias sanitarias.

## OMS e Espanha mantêm avaliação de baixo risco após surto de hantavírus no cruzeiro MV Hondius

As atualizações oficiais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do governo da Espanha indicam que o surto de hantavírus a bordo do cruzeiro MV Hondius foi tratado como um evento grave, mas com baixo risco para a população em geral. Em informe publicado em 8 de maio, a OMS registrou oito casos, dos quais seis confirmados para o vírus Andes, além de três mortes; para o organismo, o risco global seguia baixo, embora moderado para passageiros e tripulantes do navio.

O caso começou a ser monitorado internacionalmente em 2 de maio, quando a OMS foi notifica-

da sobre um grupo de passageiros com doença respiratória grave a bordo da embarcação, de bandeira holandesa. Segundo a reconstrução oficial, o navio havia partido de Ushuaia, na Argentina, em 1º de abril, com escalas em áreas remotas do Atlântico Sul e da Antártida. A hipótese de trabalho da OMS é que o primeiro caso tenha sido infectado antes do embarque, provavelmente por exposição ambiental durante atividades na Argentina, e que depois possa ter havido transmissão limitada entre pessoas dentro do navio, algo raro, mas possível no caso do vírus Andes.

Diante da situação, a OMS articulou uma resposta multinacional com os países ao longo da rota do cruzeiro e solicitou apoio à Espanha para receber a embarcação em Tenerife, por ser o porto mais próximo, com capacidade adequada de assistência e logística. Em mensagem dirigida à população da ilha, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou que o episódio “não é outra covid” e reiterou que o risco para os moradores era baixo. Segundo a entidade, os passageiros seriam levados ao porto industrial de Granadilla, longe de áreas residenciais, e repatriados sem contato com a população local.

O Ministério da Saúde da Espanha informou que os casos sintomáticos foram retirados antes da chegada às Canárias e que o desembarque dos demais ocorreu em conformidade com um protocolo sanitário específico. O governo espanhol também aprovou medidas de quarentena e vigilância ativa para os monitorados em seu território, reforçando que a transmissão interpessoal do hantavírus andino é incomum e exige contato próximo e prolongado.

O resgate dos passageiros provocou uma onda de solidariedade entre os líderes europeus, que usaram o X para trocar mensagens de cooperação e fraternidade.

## Erupção no Monte Dukono reacende alerta sobre turismo em vulcões na Indonésia

A morte de três trilheiros — dois de Singapura e um da Indonésia — durante uma erupção no Monte Dukono, na ilha de Halmahera, voltou a expor os riscos do turismo de aventura em áreas vulcânicas ativas no arquipélago indonésio. Segundo a BBC, o grupo de 20 pessoas havia alcançado a região do cume quando o vulcão entrou em erupção; autoridades locais afirmam que, desde 17 de abril, já havia proibição de subida

e restrição de acesso em um raio de quatro quilômetros da cratera.

O episódio também abriu uma investigação sobre possível negligência de operadores turísticos e organizadores da expedição. Ainda de acordo com a BBC, o Dukono entrou em erupção mais de 200 vezes desde o fim de março, e, após o acidente, todas as entradas da montanha foram fechadas permanentemente pelas autoridades.

O caso lembra a morte da brasileira Juliana Marins, que caiu de um penhasco na trilha junto à cratera do Monte Rinjani, na ilha de Lombok. O trabalho de buscas foi dificultado por condições adversas de meteorologia, solo e visibilidade. Em comum, ambos os casos reforçam o desafio de conciliar turismo extremo, monitoramento de riscos e capacidade de resposta em áreas remotas e instáveis da Indonésia.



## Novo encontro de Lula e Trump reafirma postura brasileira na defesa do diálogo e da soberania nacional

Presidente brasileiro disse estar aberto a ampliar parceria de negócios com os EUA e se colocou à disposição para intermediar conflitos em andamento no mundo

Henrique Nunes

**D**urante a coletiva de imprensa realizada horas depois do encontro entre Lula e Donald Trump, na última quinta-feira (7), o presidente brasileiro relembrou a já clássica história ocorrida em 2010 em que “teria evitado uma guerra”. Naquele ano, durante o seu segundo mandato, o brasileiro atuou

ativamente na mediação de um acordo nuclear com o Irã, buscando evitar sanções e um possível confronto militar, em um cenário que envolvia o governo de Barack Obama nos EUA.

A missão, bem sucedida, até hoje é prova da força diplomática brasileira em termos globais e foi novamente colocada à disposição na reunião com o atual mandatário estadunidense. “O Trump não vai mudar o jeito de ser após uma reunião comigo. Eu acredito muito mais no diálogo do que na

guerra. O conflito no Irã vai causar mais prejuízos do que ele imagina. Ele acha que, seja no Irã e na Venezuela, está tudo resolvido. Eu realmente espero que esteja, mas ainda não podemos afirmar isso”, afirmou Lula.

Para o brasileiro, tratado com cordialidade e respeito na visita, “todo mundo sabe como começa uma guerra, mas ninguém sabe como termina. Por isso conversar é mais barato e seguro do que fazer guerra. O diálogo não mata crianças, não derruba escolas.



Não destrói uma nação inteira”.

Lula, inclusive, colocou-se à disposição para resolver o impasse com Cuba, que sofre com embargos econômicos cada vez mais severos e passa por grave crise humanitária. “Se ele quiser ajuda para resolver o problema de Cuba eu estou à disposição. Ele disse que não vai invadir o país. E Cuba quer dialogar. É preciso debater o bloqueio que nunca deixou Cuba crescer como deveria. Então eu estou disposto a conversar”.

### **Documentos em mãos**

A expectativa da imprensa presente na coletiva era de que, após a conversa, ambos os governos chegassem a um acordo sobre temas de grande repercussão como as críticas dos EUA ao Pix e as ameaças de enquadrar facções criminosas brasileiras como terroristas – abrindo brecha para uma possível intervenção internacional em terras nacionais.

Porém, nada disso foi discutido. “Cada assunto que eu discuti com o presidente Trump foi entregue por escrito. Não queremos deixar dúvida sobre o que quere-

mos. Esse negócio de dizer que as facções tomaram conta das cidades nós precisamos dizer que as ruas e as cidades são do povo”, reiterou.

“Nós não precisamos de ajuda interna para enfrentar esse problema. Esse problema é nosso e nós temos que resolver. A coisa é séria. Nós precisamos destruir o crime organizado e as facções. Se a gente não destruir eles tomarão conta de tudo. O Brasil está disposto a dar um exemplo e vai levar muito a sério este tema. Estamos preparados para discutir qualquer assunto, mas não abrimos mão da nossa soberania”.

### **Tarifas**

Em novembro passado, um mês após conversa telefônica entre Lula e Trump, o governo brasileiro recebeu, com satisfação, a decisão dos Estados Unidos de revogar a tarifa adicional de 40% para uma série de produtos agropecuários importados do Brasil. Ficaram isentos de tarifa vários tipos de carne, café e várias frutas (como, por exemplo, manga, coco, açaí, abacaxi).

Neste novo encontro, o tema não foi amplamente debatido, mas Lula garantiu que entregou a Trump uma série de propostas que, segundo ele, serão benéficas para ambas as nações. “Estou otimista. Há uma divergência que ficou explícita na reunião. Eu propus ao Trump um prazo de 30 dias para tentar chegar a um acordo. O que nós temos é que resolver estes problemas. O que não pode acontecer é fazer uma reunião que não tem validade depois que termina diante de burocracias”.

Lula deixou claro que tem muito interesse que os EUA voltem a investir no Brasil. “Vamos fazer as coisas acontecerem. O Trump repete várias vezes que gosta do Brasil e que respeita o Brasil. Como nós gostamos dos EUA então por que nós não fazemos a coisa certa para ambos?”

Sobre as terras raras, grupo de 17 elementos químicos fundamentais para a tecnologia que existem em abundância no Brasil, Lula foi direto: “só há negociação se o Brasil manter o controle da produção e ser o mais beneficiado pelo que a natureza lhe presenteou”. ■

# Brasil

Candidatura do Brasil ao  
Conselho de Direitos Humanos  
2027-2029



## Brasil lança candidatura ao Conselho de Direitos Humanos da ONU

Anúncio oficial marca o retorno do país ao multilateralismo com foco no combate ao racismo, na igualdade de gênero e na proteção de populações vulneráveis para o biênio 2027-2029

Agência Gov

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania participou, nesta quinta-feira (7), da cerimônia de lançamento oficial da candidatura do Brasil a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) para o mandato 2027-2029. O anúncio reforça o compromisso do Brasil com a promoção e a defesa dos direitos humanos no cenário internacional.

A candidatura representa a retomada da participação ativa do país nos espaços multilaterais e o fortalecimento da agenda de combate às desigualdades, à discriminação e às diferentes formas de violência. Caso eleito, o Brasil integrará o colegiado responsável por debater e acompanhar ações internacionais voltadas à proteção dos direitos humanos.

Durante a cerimônia, realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, autoridades destacaram a importância da cooperação internacional, do diálogo entre os países e da reconstrução das políticas públicas voltadas à garantia de direi-

tos.

A ministra substituta dos Direitos Humanos e da Cidadania, Caroline Reis, destacou que a candidatura brasileira ao Conselho de Direitos Humanos ocorre em um momento de defesa do multilateralismo e dos valores democráticos: “No atual contexto de crise do multilateralismo, em especial do sistema das Nações Unidas, reforçamos nosso compromisso com os valores democráticos, a cooperação internacional e as resoluções pacíficas de conflitos”.

Ela ressaltou, ainda, que os direitos humanos voltaram a ocupar posição central nas políticas pú-



blicas e na atuação internacional do Brasil.

Já a ministra substituta das Relações Exteriores, embaixadora Maria Laura da Rocha, reforçou que os direitos humanos são uma política permanente do Estado brasileiro e, ao tratar da atuação brasileira no Conselho, ressaltou iniciativas recentes lideradas pelo país: “Neste ano, apresentamos uma resolução inédita sobre os direitos das pessoas em situação de rua, aprovada por consenso, reafirmando o nosso compromisso inabalável com os mais vulneráveis”.

A agenda racial ocupa uma posição de destaque na política externa brasileira de direitos humanos. A ministra da Igualdade Racial, Raquel Barros, destacou o papel do Brasil na aprovação da resolução da ONU que reconheceu o tráfico transatlântico e a escravidão racializada como crime contra a humanidade: “Estamos falando de um passo concreto na construção de um sistema inter-

nacional que finalmente nomeia o que o racismo produziu”.

As ações relacionadas ao enfrentamento às violências de gênero foram relatadas pela secretária-executiva do Ministério das Mulheres, Eutália Barbosa. A representante destacou que a atuação do Brasil tem priorizado políticas estruturantes para a promoção dos direitos e a proteção às mulheres: “Nossa atuação tem priorizado áreas estratégicas, como o enfrentamento integral a todas as formas de violência baseada em gênero, a promoção da autonomia econômica das mulheres e a construção de uma política nacional de cuidados”.

Para esta reeleição, os ministérios realizaram consultas com a sociedade civil para elaborar a base de propostas a serem implementadas nos próximos três anos. As eleições ocorrerão em outubro, na Assembleia Geral, em Nova York, por meio de voto secreto de cada membro das Nações Unidas, dividido por grupos regionais.

## O Conselho de Direitos Humanos da ONU

Estabelecido em 2006 em substituição à antiga Comissão — que enfrentava críticas por sua ineficiência e falta de agilidade —, o Conselho de Direitos Humanos da ONU tem como diretriz a proteção das garantias fundamentais em escala global. O Brasil, que participou ativamente da fundação do órgão e atualmente exerce seu sexto mandato, consolidou-se como um dos membros mais atuantes nas duas décadas de história do colegiado.

A estrutura do Conselho é composta por 47 nações, com assentos distribuídos por critérios geográficos que garantem representatividade a todas as regiões do mundo. Como signatário de acordos internacionais e regido pelo Estado Democrático de Direito, o Brasil utiliza sua presença no órgão para reafirmar seu compromisso com a dignidade humana e sua identidade como uma democracia plural. ■

10/05/1961

## Medidas de costumes dominam primeiros atos de Jânio Quadros

O presidente Jânio Quadros assina seu primeiro decreto de moralização dos costumes: agora o funcionamento dos jôquei-clubes está limitado aos sábados, domingos e feriados.

A moralização dos costumes foi uma bandeira usada à exaustão, durante a campanha eleitoral, para atrair votos da classe média. Depois dessa polêmica medida inicial, viriam outras: a proibição das rinhas de galo; a restrição à participação de menores de 18 anos em programas de rádio e televisão; a proibição do lança-perfume; e a censura ao uso de traje de banho nos concursos de beleza.

Entre as medidas mais excêntricas de Jânio, está a invenção do traje social que seria apelidado pela imprensa de “pijânio”. Em março, pouco tempo depois de assumir o governo, o presidente propôs um uniforme, os “slacks”, para o funcionalismo público: um blusão bege com quatro bolsos e cinto.

Para Jânio, essa roupa de trabalho era mais apropriada ao clima tropical do que o terno, e uma expressão moderna, organizada e eficiente do novo funcionalismo público que se formava.

Como o uso desses uniformes era facultativo, poucas pessoas, além do próprio presidente, aderiram à nova moda.



## Getúlio fixa data para Constituinte

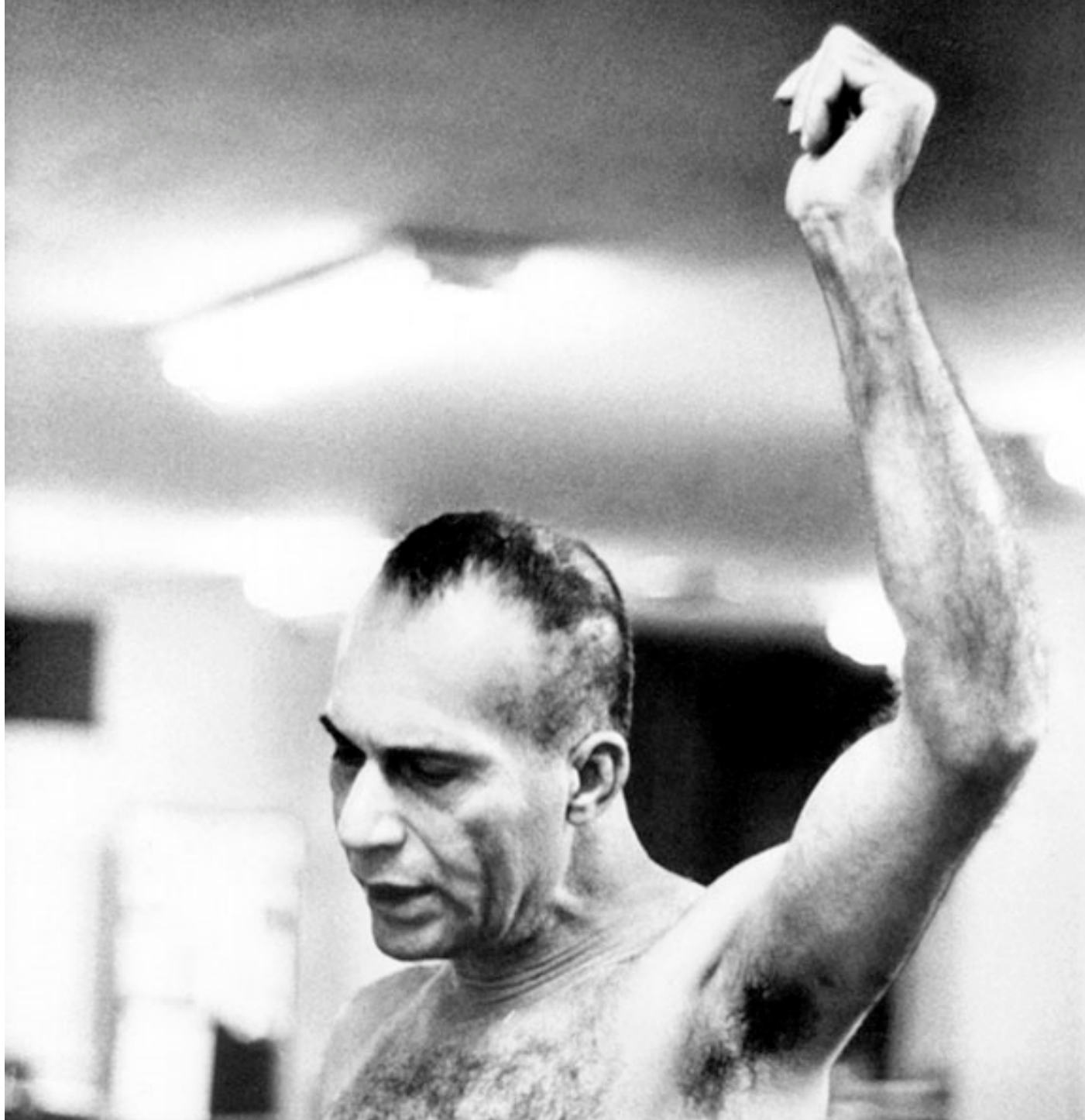
O chefe do Governo Provisório anuncia eleições para deputados constituintes. Após assinar o decreto marcando as eleições para um ano depois (3 de maio de 1933), Getúlio lê um longo manifesto ao povo brasileiro, fazendo um balanço da situação do país desde a vitória da Revolução até a atuação do Governo Provisório.

Segundo Getúlio, “o período ditatorial tem sido útil, permitindo a realização de certas medidas salvadoras, de difícil ou tardia execução dentro da órbita legal”. E continuou: “[...] três fatores novos produzirão, talvez, resultados desconcertantes e imprevistos aos manipuladores de eleições: o voto secreto, o voto feminino e a representação proporcional [...]. O primeiro liberta o votante da influência opressora do cacique eleitoral, permitindo-lhe exerci-

tar conscientemente o mais sadio grau de dever cívico; o segundo mobiliza novas reservas de energia social que desempenham o papel altamente oportuno de grande força conservadora, agindo em defesa das tradições imortais da nacionalidade; o terceiro assegura a representação das verdadeiras minorias de opinião, às quais está reservada uma grande função, até hoje desconhecida da vida política da República”.

Getúlio fez um alerta aos brasileiros, dizendo que a reconstrução política do país só poderia acontecer proveitosamente “num ambiente de ordem e serenidade”.

Nos meses anteriores, manifestações em favor da Constituinte e da democratização do país mobilizaram amplos setores da sociedade em vários estados brasileiros.



09/05/1964

## Carlos Marighella resiste à prisão

O ex-deputado comunista Carlos Marighella é localizado e preso por agentes do Dops carioca dentro de um cinema no bairro da Tijuca. Enfrentando os policiais com socos e gritos de “abaixo a ditadura militar fascista!” e “viva a democracia!”, Marighella recebeu um tiro à queima-roupa no peito. Dominado, foi levado ao Hospital Souza Aguiar e de lá para a Penitenciária Lemos Brito.

Por sua atuação como depu-

tado federal nos anos 1940 e pela articulação de grandes greves e protestos, Marighella tornou-se o mais famoso dirigente do PCB, superado apenas pelo secretário-geral Luiz Carlos Prestes. Ficou três meses preso e, antes de cair mais uma vez na clandestinidade, publicou em 1965 o livro “Por Que Resisti à Prisão”, uma denúncia contra a ditadura.

Marighella iria se distanciar progressivamente da direção do

PCB até romper com a legenda em 1967. Tornaria-se comandante da Ação Libertadora Nacional (ALN), a maior organização de guerrilha urbana do país naquele período.

O dirigente comunista tornou-se um dos mais procurados inimigos da ditadura e, em 1969, foi morto em emboscada, numa ação coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos mais sanguinários agentes do aparelho de repressão da ditadura militar.




FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

# PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO


*que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE  
FORMAÇÃO  
ESCOLA  
NACIONAL DE  
FORMAÇÃO

**NAPPs**

**NOPPE**  
Núcleo de Opinião Pública e Políticas Culturais



Centro de  
Documentação e  
Pesquisa Política  
Sérgio Buarque  
de Holanda